

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA) COM EDUARDA ESPOSITO
luanapatriolino.df@abr.com.br

Faltam nomes

Depois da saída do ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski do Ministério da Justiça, a expectativa é de que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, seja o próximo a deixar o governo federal. No entanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não tem nenhum nome definido para substituí-lo na pasta. Antes, o mais cotado era o do presidente do Banco Central, Gabriel Galpão, que foi secretário-executivo da pasta de janeiro a junho de 2023. Mas, agora, com um mandato a cumprir e os desdobramentos do Banco Master, as opções escassearam.

E por falar no Master...

O Congresso reuniu a quantidade de assinaturas necessárias para a abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o banco. No entanto, parlamentares ouvidos pela coluna acreditam que o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), pode enrolar para fazer a leitura do requerimento — atrasando o início dos trabalhos do colegiado. O temor é de que nomes fortes do Centrão estejam envolvidos no escândalo.

Jogador polivalente

Lula também deve escolher um nome para chefiar a Advocacia-Geral da União (AGU), caso Jorge Messias seja aprovado na sabatina do Senado para a 11ª cadeira do STF. Nos bastidores, o mais citado é o do atual ministro da Controleadoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho — ventilado também para o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Necessidade de diálogo

O presidente da Associação Mineira e Municípios e prefeito de Patos de Minas, Luís Eduardo Falcão (sem partido), foi convidado a participar da mesa de conciliação do Tribunal de Contas do estado sobre o futuro dos contratos da Copasa (Companhia de Saneamento de MG) — cujo processo de privatização foi aprovado no mês passado. A empresa tem acordos com 585 dos 853 municípios mineiros. "Não podemos aceitar que os municípios não sejam ouvidos. Meu papel é institucional e de garantir que sejamos ouvidos, porque quem contrata água e esgoto é o prefeito", disse Falcão.

Todos os dedos apontam para ele

Crescem os indícios de que houve cumplicidade ou conveniência dos altos escalões bolivarianos no sequestro do ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, e de sua mulher, Cilia Flores, pelas tropas especiais dos Estados Unidos, na madrugada de 3 de janeiro. Nos bastidores, alguns dedos apontam para o general Padrino López, que, como ministro da Defesa, conhecia em detalhes os múltiplos esconderijos do autocrata, os horários das trocas da guarda pessoal (32 cubanos foram mortos no ataque) e outros pormenores fundamentais para o êxito da operação clandestina. Por outro lado, há quem acredite que nada poderia ter evitado a prisão do ditador.

Irmãos turbinados / Ganham gás político os irmãos Delcy e Joel Rodriguez — figuras centrais do chavismo —, que ocupam, há anos, um papel de destaque no comando político da Venezuela. Ele foi reconduzido com a chefia da Assembleia Nacional venezuelana após a prisão de Maduro e ela foi conduzida rapidamente à presidência do país. Em outubro, o jornal norte-americano Miami Herald publicou que os chefes venezuelanos ofereceram aos EUA um caminho para se manterem no poder sem Maduro. Até agora, somente Diosdado Cabello, ministro do Interior e comandante das milícias populares, foi poupado da fofoca maldosa de bastidores.



PODER

Combate ao devedor contumaz

Com cinco vetos de Lula, nova lei estabelece regras mais duras contra os sonegadores reiterados, que não terão benefícios fiscais

» ALÍCIA BERNARDES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com cinco vetos, a Lei Complementar 225, que cria o Código de Defesa do Contribuinte e estabelece regras mais rígidas para o combate ao chamado devedor contumaz — empresas que deixam de pagar tributos de forma reiterada e injustificada. A matéria, aprovada pelo Congresso em dezembro, foi publicada no *Diário Oficial da União (DOU)* e passa a valer como novo marco na relação entre Fisco e contribuintes.

Pelo texto, é considerado devedor contumaz o sujeito passivo,

principal ou corresponsável, cujo comportamento fiscal seja marcado por inadimplência substancial, reiterada e sem justificativa.

O enquadramento deverá ser previamente notificado, garantindo à empresas prazo de 30 dias para regularizar a situação ou apresentar defesa antes da aplicação de sanções mais severas.

Entre as penalidades previstas estão a baixa do CNPJ em hipóteses como fraude, conluio ou sonegação fiscal, além da constituição ou administração da empresa por "laranjas". As empresas também ficam impedidas de acessar benefícios fiscais, participar de licitações, manter vínculo com a administração

pública ou requerer recuperação judicial, além de poderem ser consideradas inaptas no cadastramento de contribuintes.

A nova lei ainda afasta um dos principais mecanismos usados por grandes devedores para escapar da persecução criminal: o simples pagamento do débito. A partir de agora, a extinção da punibilidade pelo recolhimento do tributo não valerá para quem for classificado como devedor contumaz, permitindo a continuidade da responsabilização penal.

Ao mesmo tempo, o texto cria incentivos para estimular o bom comportamento fiscal, com três programas: o de Conformidade Cooperativa Fiscal (Confia), o de

Estímulo à Conformidade Tributária (Sintonia) e o Operador Econômico Autorizado (OEA). As iniciativas preveem tratamento diferenciado, redução de juros e mecanismos de autorregularização para empresas com histórico positivo, além de medidas para reduzir litígios e facilitar o cumprimento de obrigações.

Sem flexibilização

Lula vetou o trecho da lei que previa a flexibilização das regras para aceitação ou para substituição de garantias, inclusive a possibilidade de substituição de depósito judicial por seguro-garantia ou por outras garantias

baseadas na capacidade de geração de resultados dos contribuintes. Segundo o Planalto, "o dispositivo contraria o interesse público, ao prever regra de flexibilização de garantias sem a definição legal precisa, o que atrai risco à União".

No programa Sintonia, que permite a autorregularização para os sujeitos passivos com bom histórico de pagamento tributário, mas com capacidade de pagamento reduzida momentaneamente, Lula vetou o desconto de até 70% de multas e juros moratórios. Também foi barrado o trecho que permitia a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base e cálculo negativa da

CSLL para a quitação de até 30% do saldo devedor. "A proposição legislativa contraria o interesse público, ao instituir benefícios que ampliariam o gasto tributário da União", diz a justificativa para o voto.

Outro voto no programa Sintonia foi em relação ao prazo de prazo de até 120 meses para quitação de tributos. "Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público ao instituir concessão de diferimento tributário por prazo superior a 60 meses sem atender aos requisitos estabelecidos no art. 14-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000". (Com Agência Estado)

CONGRESSO

Dosimetria fica para depois do carnaval

» WAL LIMA

» FÁBIO GRECHI

O Congresso só deve analisar o voto ao PL da Dosimetria depois do carnaval. Isto porque os congressistas retomam as atividades em 2 de fevereiro, mas é necessário que as duas primeiras sessões de trabalho sejam voltadas para o processo de organização das pautas, reuniões com lideranças e realinhamento das comissões parlamentares.

Ao retomarem as atividades, os deputados e senadores deverão decidir pela manutenção do voto ou pela derrota. Para derubar a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, será preciso o aval de 257 deputados e 41 senadores. Os governistas já falam em levar o caso ao Supremo Tribunal Federal caso a decisão presidencial não seja mantida — o que

interromperia os efeitos do dispositivo e impediria a aplicação que beneficiaria os golpistas.

No final do ano passado, as lideranças do PT, PSB, PCdoB e PSL da Câmara apresentaram ao STF uma ação questionando a aprovação do projeto de lei, argumentando que houve irregularidades na tramitação. Se a Corte atender ao pedido, uma nova votação deverá ser realizada no Congresso.

Segundo o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), o voto de Lula é correto, pois o projeto é inconstitucional. "A proposta promove a redução ampla e imediata da resposta penal do Estado, com efeitos diretos sobre processos e execuções em curso, comprometendo a segurança jurídica e a coerência do sistema penal", disse.

Para respaldar o fato de que o PL da Dosimetria é uma pauta

que interessa apenas ao bolsonarismo, pesquisas de opinião indicam que a maioria da população brasileira é contrária à medida, especialmente devido à associação com a redução das penas dos envolvidos na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 e ao ex-presidente Jair Bolsonaro — condenado pelo STF a 27 anos e três meses de prisão por chefiar a quadrilha que tentou romper a institucionalidade democrática.

Segundo pesquisa Genial/Quaest, de dezembro passado, 47% dos brasileiros se declararam contra a redução das penas aos golpistas, mas 24% são a favor da redução e 19% defendem reduções ainda maiores ou anistia total. Para 58% dos entrevistados, o principal objetivo do PL é reduzir especificamente a pena de Bolsonaro, enquanto 30% acreditam que

a medida visa beneficiar todos os condenados de forma justa. Cerca de 52% avaliam que as penas aplicadas pelo STF aos envolvidos no 8 de janeiro foram justas e não deveriam ser reformuladas.

Especialistas e setores da sociedade civil alertam que o PL, embora focado no 8 de janeiro, altera regras gerais que poderiam beneficiar criminosos comuns (como condenados por roubo), facilitando a progressão de regime. Já os bolsonaristas argumentam que o projeto busca estabelecer "proporcionalidade" e corrigir o que chamam de "excessos judiciais" do STF.

A defesa de Bolsonaro, aliás, pediu a instalação de uma smart TV com acesso à internet na cela onde está preso, para que possa assistir a conteúdo jornalístico veiculado pelo YouTube.

Sergio Lima/AFP



Defesa de Bolsonaro solicitou que ele acesse internet para ver notícias

Curtida não significa voto

Responsável pelas duas campanhas de Romeu Zema (Novo) ao governo de Minas Gerais, o marqueteiro Leandro Groppe faz um alerta para pré-candidatos nas eleições de 2026: "Quem coloca as métricas acima das ideias, e subordina a política ao cálculo algorítmico, pode ser surpreendido. O número de curtidas não significa votos. Há uma enorme distância entre gostar de um vídeo e apertar o botão na urna", adverte.

Leitura de cabeceira

A Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abraadep) prepara, para este ano, um projeto editorial de alcance nacional, com o lançamento simultâneo de livros sobre direito eleitoral nos estados. A iniciativa visa ampliar a circulação das produções da academia e reforçar o debate jurídico e político.

Drinque seguro

A plataforma Bebida Legal (www.bebidalegal.com.br) publicou uma lista nacional de revendedores homologados pelas principais empresas e marcas de bebidas destiladas do país. Brasília, por exemplo, aparece com 35 indicações tanto de redes varejistas que vendem ao consumidor final, quanto de distribuidores que abastecem bares, restaurantes e eventos, facilitando a compra segura em diferentes canais. No país, são 1.228 revendedores homologados. O projeto facilita a identificação de fornecedores recomendados, reforçando a compra segura, a procedência dos produtos e o combate ao mercado ilegal.